

HABEAS CORPUS Nº 493.075 - BA (2019/0040338-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : RAFAEL ELBACHA E OUTRO
ADVOGADOS : RAFAEL ELBACHÁ - BA035345
: THALITA COELHO DURAN - BA035367
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : EVANILDO MASCARENHAS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EVANILDO MASCARENHAS SANTOS, apontando como autoridade coatora a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, no julgamento do HC n. 8018858-98.2018.8.05.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi denunciado como incurso nos artigos 2º, *caput* e § 2º, da Lei 12.850/2013, e 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal.

Buscando o trancamento do processo e a revogação da custódia, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, que foi parcialmente conhecido, e, nessa extensão, denegada a ordem.

Sustentam os impetrantes que não haveria justa causa para a persecução criminal quanto ao acusado, pois estava recolhido em estabelecimento prisional à época dos fatos, razão pela qual não poderia ter praticado os crimes que lhe foram assestados.

Alegam que, por tal motivo, a decretação da segregação provisória do réu seria ilegal e estaria impossibilitando a obtenção do livramento condicional no processo de execução.

Argumentam que não estariam presentes os requisitos necessários para a constrição antecipada do paciente, tratando-se de medida desnecessária e desproporcional.

Requerem, liminarmente e no mérito, o trancamento da ação penal e a revogação da prisão preventiva do acusado.

É o relatório.

A princípio insurgindo-se a impetração contra acórdão do Tribunal de origem que denegou a ordem em prévio *writ*, mostra-se incabível o manejo do *habeas corpus* originário, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Isso porque, não obstante os relevantes argumentos expostos na impetração, a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *mandamus*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Ademais, a Corte de origem consignou que "*existem outras diligências a serem realizadas para a eficaz constatação da presente tese defensiva, como a expedição de ofício ao MM. Juízo da Vara de Execuções Penais desta Capital (uma vez que o*

Paciente responde ao Processo de Execução de Pena nº 0700723-09.2013.8.05.0001), com o objetivo de confirmar se o Paciente evadiu-se do presídio em alguma oportunidade, bem como se teve autorizações de saídas" (e-STJ fl. 106).

Acrescentou que "a prisão preventiva restou decretada, pela Autoridade Impetrada, com base na garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal, diante da habitualidade da organização criminosa na prática de delitos graves e para preservação das provas no curso da instrução criminal e para evitar o risco de evasão do distrito da culpa" (107).

Registrou que "a prisão preventiva dos investigados é recomendada", ainda, "por conveniência da instrução criminal, para preservar a prova no curso da investigação e na instrução criminal quando do seu início, garantindo sua regular produção e veracidade, imune a qualquer ingerência dos agentes; e para assegurar a aplicação da lei penal, visando evitar a evasão do distrito da culpa, até pelo fato de já responderem a outros inquéritos policiais/ações penais" (e-STJ fl. 108).

Da leitura de tais argumentos não exsurtem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da Vara dos Feitos Relativos a Crimes Praticados por Organização Criminosa da comarca de Salvador/BA, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da controvérsia, especialmente no que se refere ao atual andamento da persecução criminal e à comprovação, ou não, de que o paciente estava encarcerado à época dos fatos, e encaminhando, se houver, senha para acesso ao respectivo processo.

Com estas, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator